

Gênero feminino, corpo e sexualidade no esporte: os uniformes das atletas nas Olimpíadas de Tóquio

Female gender, body and sexuality in sport: the athletes' uniforms at the Tokyo Olympics

Género feminino, cuerpo y deporte: los uniformes de las atletas en los Juegos Olímpicos de Tokio

Tarcyanie Cajueiro SANTOS¹
Georgia de MATTOS²
Felipe Tavares Paes LOPES³
Murilo Aranha Guimarães MARCELLO⁴

Resumo

O artigo objetiva investigar de que modo a mídia aborda as desigualdades e as relações de gênero no universo esportivo, focando na discussão sobre os uniformes das atletas ocorrida nas Olimpíadas de Tóquio de 2020. A metodologia utilizada é a análise de discurso de orientação construcionista sobre matérias jornalísticas publicadas em três portais de notícias (UOL, G1 e R7) acerca do tema. O referencial teórico dialoga com estudos de gênero e feminismo, por meio de autoras como Butler e Aldeman. Como resultado, as reportagens analisadas denunciam regras sexistas e duplicidade de padrões sobre as atletas femininas de muitos esportes em comparação com seus colegas de modalidade masculinos.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Feminismo; Mídia e Esporte; Uniformes femininos.

Abstract

¹ Doutora pela ECA-USP. Docente do PPGCOM-Uniso. E-mail: tarcyaniecs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7913-3492>.

² Doutora pelo PPGCOM-Uniso. E-mail: georgia.jor@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6060-5405>.

³ Doutor pelo IP-USP e pelo PCHS-UFABC. Docente da FEF-Unicamp. E-mail: lopesftp@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0213-7858>.

⁴ Doutor pelo PPGCOM-Uniso. E-mail: murilomarcello@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3322-4014>.



The article aims to investigate how the media addresses inequalities and gender relations in the sports universe, focusing on the discussion about the athletes' uniforms that took place at the 2020 Tokyo Olympics. The theoretical framework dialogues with gender and feminism studies, through authors such as Butler and Aldeman. The methodology used is the constructionist discourse analysis in three news portals (UOL, G1 and R7). As a result, the analyzed reports denounce sexist rules and double standards about female athletes in many sports compared to their male counterparts.

Keywords: Gender studies; Feminism; Media and Sports; Female uniforms.

Resumen

El artículo objetivo investiga de qué modo los medios de comunicación aborda las desigualdades y las relaciones de género en el universo deportivo, focando la discusión sobre los uniformes de las atletas ocurridas en las Olimpiadas de Tóquio de 2020. La metodología utilizada es el análisis construccionista del discurso de los artículos periodísticos en tres portales de noticias (UOL, G1 y R7). El diálogo teórico de referencia con estudios de género y feminismo, por medio de autores como Butler y Aldeman. Como resultado, los informes analizados denuncian reglas sexistas y dobles raseros sobre las mujeres atletas en muchos deportes en comparación con sus contrapartes masculinas.

Palabras clave: Estudos de gênero; feminismo; Meios de comunicação e Esporte; Uniformes femininos.

Introdução

Apesar de um considerável aumento na prática profissional de esportes pelas atletas femininas, essa ainda é uma atividade tradicionalmente reservada à esfera masculina, na qual os homens não apenas estão em maior número, como também são mais valorizados e remunerados do que as mulheres.

O imaginário social ainda indica que mulheres e homens atletas deveriam atuar em esferas diferentes: para eles, esportes de performance e impacto corporal que simbolizam força e virilidade; para elas, estética, beleza e sensualidade surgem como fatores mais importantes na divisão das modalidades. A manutenção das relações de dominação masculina na esfera esportiva se apresenta de diversos modos, podendo ser percebida no uso de vestimentas, como os uniformes femininos. Se há uma relativa liberdade sobre o que os atletas masculinos devem usar, o mesmo não ocorre no que diz respeito às atletas femininas, que esbarram diante de imposições de vestimenta por parte dos comitês olímpicos, como a demanda das jogadoras de voleibol.



Diversos estudos chamam atenção ao fato de a esfera esportiva reproduzir a dominação de gênero vivida na estrutura social de maneira geral (Knijnik, 2010). Neste trabalho, perguntamos de que forma é possível percebermos a reprodução da dominação de gênero a partir do corpo e de sua indumentária. De que modo a reprodução da dominação ocorre e como é midiaticamente representada? Se a mídia reforça invisibilidades relativas ao gênero feminino e valoriza a predominância das modalidades masculinas nas coberturas esportivas, de que modo ela aborda questões relacionadas à esfera feminina? Para refletir sobre essas questões, tomamos como pano de fundo as Olimpíadas de Tóquio de 2020, nas quais algumas delegações femininas reivindicaram para si uniformes considerados por elas mais confortáveis e menos sexualizados. Uma demanda que já vinha sendo feita de modo isolado, mas que nas Olimpíadas chamou a atenção da mídia. Assim, objetivamos investigar de que modo a mídia aborda as desigualdades e as relações de gênero no universo esportivo, focando, especificamente, na discussão sobre os uniformes das atletas. Para tanto, buscamos compreender como as desigualdades e as relações de gênero foram tratadas em matérias jornalísticas, publicadas em três portais de notícias (UOL, G1 e R7), sobre o uniforme utilizado por atletas mulheres nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.

O artigo divide-se em quatro partes. No primeiro momento, discutimos o conceito de gênero. Para compreender a estrutura generificada, percorremos os movimentos feministas ao longo de seu contexto histórico e social, assim como a importância do corpo e da feminilidade nesse campo teórico dos estudos feministas e de gênero. No segundo momento, apresentamos o referencial metodológico e o *corpus* de análise. No terceiro momento, apresentamos um panorama geral das reportagens, identificando qual seria o interesse da mídia em apresentar tais fatos jornalísticos, com o intuito de apresentar a análise particular de cada jornal/portal. Por último, apresentamos e analisamos as matérias jornalísticas sobre o tema abordado, refletindo sobre a percepção do corpo da mulher, seu papel na sociedade e a importância que o feminismo tem nesse questionamento, bem como, essas relações no esporte.

Corporalidade feminina e as normas de gênero

Ao tratar do corpo feminino – enquanto constructo social e cultural –, entendemos que este é uma criação do gênero, que estipula os “lugares” e os papéis designados a homens e mulheres, amparados sob um discurso biológico de suas



anatomias corpóreas e de seu sexo. Assim, às mulheres, que por muito tempo tiveram o direito e a autonomia de seus próprios corpos retidos, cabem manter a suposta feminilidade: delicadeza, doçura, peso ideal e a obrigatoriedade da maternidade. Embora os “tempos” sejam outros, ainda persistem certas normas de gênero que insistem em manter os corpos femininos dentro desses parâmetros, exaltando seus corpos como altamente sexualizados, sensuais e objetificados. Atualmente, momento em que muitas feministas acreditam estar vivendo a “quarta onda”, marcada, especificamente, pelos movimentos ativistas on-line, em que as redes sociais digitais desempenham importante papel na divulgação, discussão e reivindicação de direitos, temas como sexualidade e corpo continuam na pauta, talvez, não mais sob a mistificação da virgindade, maternidade e casamento, mas contra a “coisificação” que mantém os corpos femininos ainda presos na obrigação da beleza e do peso ideais. Como deve ser o corpo feminino ideal? Qual corpo é legitimamente feminino? Quem ou o quê mede o que venha a ser um corpo feminino bonito e/ou sensual? São questões que permeiam e são embutidas, fortemente, nas subjetividades das mulheres. Contrapondo-se a essas imposições e modelos de corpos ideais, tem-se intensificado manifestações feministas, como SlutWalk no Canadá, Estados Unidos, entre outros países; e a Marcha das Vadias, no Brasil, protestando a estandardização dos corpos “femininos”.

Como destaca Martins (2015), nos últimos anos, os estudos têm recolocado a questão do corpo no pensamento social, sobretudo, em sua dimensão de “agência”, ou seja, se no passado o corpo era compreendido como produto do contexto sócio-histórico; para a teoria social contemporânea, o corpo passa a ser o produtor da realidade, pois é a partir dele que as relações entre sujeito e mundo são organizadas. Assim, conforme a autora:

De mero receptor, o corpo transita para um lugar central na elaboração e emissão de sentidos. Esse modo de compreender o corpo representa uma ruptura com o pensamento binário que opôs categorias clássicas como idealismo e materialismo. De acordo com essas categorias, por um lado, toda existência é atribuída ao pensamento e, de outro, a estrutura fundante da realidade é a matéria. (Martins, 2015, p. 240).

O corpo, nessa perspectiva, além de ser condicionado social e historicamente, também é considerado como agente que produz significados na vida social dos sujeitos. Segundo a autora, a contemporaneidade propicia a questão do corpo como lugar de



centralidade nas questões de gênero atuais, em que a atenção se volta para o sexo, agora, compreendido como culturalizado e desnaturalizado, tendo o corpo como eixo das relações sociais. Como Martins (2015, p. 242) defende: “Compreendido como lugar de experiência, o corpo pode ser apreendido na condição de território, ou melhor, como um espaço de reterritorialização dos sujeitos e do gênero nas margens”.

O corpo, portanto, como é assinalado por Butler (1999), é tão socialmente construído quanto o próprio gênero. Tanto o corpo como o sexo “não são nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente, marcadas e formadas por práticas discursivas” (Butler, 1999, p. 153). Dessa forma, as categorias sexo e corpo são normativas, por fazerem parte de uma prática regulatória, em que o sexo, segundo Butler (1999), produz os corpos que governa. Essa força regulatória se manifesta como um poder produtivo de demarcar, diferenciar e legitimar os corpos por ela controlados. Como Butler nos lembra:

[...] se essa reiteração é necessária para se manter a regulação das normas, ou seja, manter as diferenças sexuais estipuladas, demonstra então, que os corpos nunca se conformam totalmente às normas, pois se assim o fosse, não precisaríamos delas. Se a materialização dos corpos fossem realmente e completamente dadas unicamente por sua natureza, não haveria a necessidade de normas regulatórias para mantê-las em seus lugares discursivamente produzidos. Há algum corpo inteligivelmente anterior à cultura? (Butler, 1999, p. 154).

Sendo assim, Butler relaciona a performatividade de gênero à materialidade do corpo, uma vez que a performatividade diz respeito aos atos que são aprendidos e repetidos ao longo do tempo, é sempre uma reiteração das normas de gênero que prescrevem os modelos de feminilidade e de masculinidade, logo, quais devem ser os corpos femininos e masculinos, e, também, como cada um deve se desempenhar socialmente. Para Butler (1999, p. 154), “o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder”.

Portanto, de acordo com Butler (1999), o sexo não é aquilo que alguém “tem”, muito menos, uma descrição estática daquilo que alguém “é”, mas uma das normas pelas quais o indivíduo se torna viável e que qualifica o corpo no domínio da inteligibilidade cultural. Mas como se trata de uma construção social, o corpo pode ser construído de outras formas, a partir de novas maneiras de se “fazer ser”. Como complementa Martins (2015, p. 242), “o lugar das mulheres como sujeito do feminismo



desestruturam-se, trazendo à cena corpos performatizados e aptos a construir novas subjetividades”.

Essas e outras mudanças têm ocorrido, talvez, de forma lenta e, por isso mesmo, a necessidade de continuar a denunciar essas construções que mantêm os corpos de mulheres situados em determinados limites da vida social. Diante desse contexto, o que se busca é uma reconstrução social da imagem da mulher.

No esporte – nosso foco neste artigo – levou-se algum tempo para que as práticas físicas fossem permitidas às mulheres, noção respaldada numa suposta fraqueza do corpo e do sistema reprodutivo, que poderia ser prejudicado com atividades consideradas pesadas, para as futuras mães e esposas. Com o tempo, algumas atividades foram sendo consideradas adequadas – aquelas que não comprometiam as formas femininas e a maternidade. Na atualidade, a esfera esportiva tem incorporado as mulheres em suas variadas modalidades, ainda que sigam repartindo-as em gênero. Como aponta Adelman (2003):

[...] as mulheres atletas sempre tiveram de encarar o preconceito social de dois tipos: primeiro, que suas ‘diferenças físicas’ as faziam muito menos competentes para o esporte do que os homens, e, segundo, que a prática esportiva as masculinizava, tornando-as mulheres ‘anormais’ e/ou lésbicas. Portanto, ela argumenta, mulheres atletas profissionais são quase obrigadas a adotar uma postura apologética, tomando o cuidado necessário de mostrar para o público que sua prática no esporte não compromete sua feminilidade. (Adelman, 2003, p. 448).

A autora ressalta que isso não significa que certos padrões hegemônicos sobre a corporalidade feminina não tenham se modificado, existe uma ruptura com aquela ideia da domesticidade feminina, da fragilidade de seu corpo, para a ideia da mulher ativa. Mas, por outro lado, essa noção é permeada pelo padrão cultural da beleza, em que ainda se exige que a mulher atleta seja magra, tenha uma musculatura firme, porém, não musculosa demais a ponto de ficar “masculinizada”. Embora, evidentemente, o corpo das atletas varie de acordo com a modalidade praticada (judô, natação, atletismo etc.), o mercado segue valorizando aquelas atletas que possuem um corpo “feminino”. Este, certamente, é o que possui mais chances de se converter em uma mercadoria valiosa na indústria esportiva, tornando-se objeto de anúncios publicitários e capas de revista. Ou seja, o ideal feminino ainda lhe é imposto. Como a autora declara, “a ênfase que a atual cultura consumista dá à produção do corpo ideal faz duvidar de que o que se esteja promovendo seja um corpo feminino forte e livre”



(Adelman, 2003, p. 449), pois este permanece sob o jugo da magreza, das curvas sensuais, dos padrões de beleza. Assim, a feminilidade ideal ainda é a norma social responsável pela aceitação – ou exclusão – do corpo “certo/errado”. Isso posto, passemos então à discussão do referencial metodológico sobre o qual este artigo se apoia e, em seguida, ao seu *corpus* de análise.

Referencial metodológico e corpus de análise

A fim de examinar as matérias jornalísticas, desenvolvemos, no plano metodológico, uma análise de discurso inspirada em autores e autoras dos Estudos do Discurso (ED) e Estudos Críticos do Discurso (ECD), como Luiza Rojo (2004), Ibáñez Gracia (2004) e Lupicinio Iñiguez-Rueda (2002, 2004) e Teun van Dijk (2020). Sendo assim, neste artigo, entendemos que a linguagem está intrinsecamente ligada à vida social, contribuindo para a construção de realidades – produzindo identidades, relacionamentos, práticas socioculturais, relações de poder etc. Dito de outro modo, consideramos que a sociedade é constituída e regulada pela linguagem, ao mesmo tempo em que esta última é moldada pela primeira. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que a linguagem proporciona uma relação dualística interna e estrutural com a sociedade, não sendo algo externo a ela (Iñiguez, 2002; Gracia, 2004).

Esse entendimento da linguagem é o resultado daquilo que se convencionou chamar de “giro linguístico” – expressão utilizada para designar a mudança que ocorreu na filosofia e nas ciências humanas e sociais, gerando uma atenção maior ao papel da linguagem em nossa sociedade (Gracia, 2004). A partir desse “giro”, o discurso passou a ser definido como um conjunto de práticas linguísticas que estabelecem ou sustentam certas relações sociais. Por meio da sua análise, podemos, portanto, compreender como isso ocorre concretamente (Iñiguez, 2002). Mais ainda, podemos compreender como determinadas práticas linguísticas se entrecruzam com determinadas relações de poder em contextos sócio-históricos específicos.

Uma vez esclarecidas nossas concepções de linguagem e discurso, destacamos, agora, nosso percurso metodológico: primeiro, buscamos selecionar discursos/matérias representativos daqueles veiculados na “grande mídia” sobre os uniformes das atletas. Assim, optamos por trabalhar com três jornais/portais, a saber: a Folha de S. Paulo/ Universo on-line (a partir daqui FSP/UOL), O Globo/G1 e o portal



R7. A escolha desses jornais/portais deu-se pela sua importância, porte e abrangência (nacional), ou seja, pela ampla circulação de suas matérias, que contemplam uma expressiva parcela de leitoras e leitores brasileiros, com frequência, considerados formadores de opinião. É preciso salientar, no entanto, que o texto só traz conclusões sobre parte da mídia do Brasil, não podendo ser generalizadas para outros contextos.

Uma vez definidos os jornais/portais que formariam nosso corpus, fizemos uma busca nas suas bases de dados digitais, utilizando seus próprios motores de pesquisa, onde empregamos e cruzamos as seguintes palavras-chave: “uniformes femininos”, “uniformes Olimpíadas” e “uniforme e sexismo”. Tendo como recorte específico a cobertura das Jogos Olímpicos de Verão, Tóquio 2020, que, dentro do contexto pandêmico da Covid-19, foi adiado para julho de 2021, delimitamos um período entre os meses de junho e setembro de 2021, pois as matérias sobre o evento começaram a circular nos meses anteriores e continuaram nos meses posteriores a ele, chegando ao seu ápice durante o próprio evento.

Uma vez selecionadas as matérias apresentadas pelas bases de dados dos respectivos jornais/portais, realizamos uma série de leituras e selecionamos aquelas (20 no total) que se aproximavam mais da temática sob análise (uniformes femininos). A fim de facilitar seu exame, fizemos um quadro de sistematização, com colunas que indicavam as categorias de análise e linhas que organizavam os conteúdos referentes a essas categorias.

Com a seleção das matérias que seriam analisadas, retiramos de cada uma delas sua macro proposição central, que sintetiza a temática principal, assim, oferecendo uma visão global do conteúdo dessas matérias (Dijk, 2003). Feito isso, examinamos a construção da representação das mulheres e seus uniformes esportivos nesses materiais e como seriam expostos os discursos nessas matérias. Também buscamos verificar como essas atletas foram nomeadas, assim como seus uniformes foram descritos. Ademais, buscamos saber como eram caracterizados os casos envolvendo atletas e seus uniformes. Por fim, identificamos as fontes consultadas.

Feitos esses esclarecimentos metodológicos, cabe, agora, apresentarmos os resultados alcançados com as análises. Partimos, primeiramente, de um panorama geral dessas matérias, identificando qual seria o interesse da mídia em apresentar tais fatos jornalísticos. Em seguida, analisamos cada jornal/portal.



Panorama Geral

As primeiras matérias de julho abordaram dois episódios ocorridos nesse mês que evidenciaram o interesse da mídia a respeito dos uniformes das atletas. Apesar de não ter ocorrido nos Jogos Olímpicos, o primeiro episódio alimentou as discussões sobre os uniformes, inclusive em tais jogos. Em tal episódio, atletas norueguesas de handebol de praia feminino foram multadas pela Federação Europeia de Handebol (EFH, na sigla em inglês) por utilizarem shorts ao invés de biquínis no Campeonato Europeu de praia feminino. As atletas foram multadas em 1500 euros, com o órgão alegando que elas não estariam de acordo com os regulamentos de uniformes. Esse ocorrido logo tornou-se destaque na mídia, não sendo diferente nos três jornais/portais selecionados, considerados por eles como o estopim para o debate sobre os uniformes. O segundo episódio envolveu a equipe feminina alemã de ginástica, que optou em utilizar macacões ao invés dos *collants* tradicionais, em um posicionamento contrário à sexualização na modalidade.

Uma questão importante observada foi que, das vinte matérias, apenas sete se encontravam no caderno esportivo e, dessas sete, três foram publicadas pela FSP/UOL e quatro, pelo portal R7. Aqui, é preciso ressaltar que todas as matérias encontradas no portal R7 faziam parte do caderno esportivo, lembrando que o portal faz uma linha editorial mais conservadora. Ademais, é importante salientar que os jornais/portais, através da ausência de matérias em cadernos de esporte, minimizam a discussão a respeito da misoginia no esporte, pois não a visibilizam para o público masculino, “grande” consumidor desse tipo de entretenimento.

Outra questão relevante é a ausência de fontes consultadas para debater o assunto: do total de matérias, apenas cinco tiveram fontes consultadas, e, destas, três repetiram as fontes. Entre as fontes consultadas, todas eram mulheres: duas jornalistas esportivas, uma advogada, uma atleta, duas professoras universitárias de educação física e uma pesquisadora do assunto. Essa consulta indica que os editoriais dos jornais/portais optaram por, até certo ponto, abrir espaço de discussão/fala para as mulheres, afastando-se de uma posição sexista.

Entre as principais categorias utilizadas para nomear as atletas, encontramos “atletas”, “mulheres”, “mulheres no geral” e “esportistas”. Não foram identificados



termos de cunho machista ou sexista. De maneira geral, também não identificamos a construção de uma relação “nós” versus “elas”, que poderia, eventualmente, ser utilizada como uma estratégia de ataque e estigmatização das atletas mulheres. A respeito dos uniformes, notamos que alguns termos utilizados podem gerar uma interpretação sexualizada dos corpos dessas atletas, como “uniformes que cobrem todo corpo” e “biquínis justos e cavados”.

Em relação à caracterização do sexismo, encontramos expressões como: “problema antigo”, “alguns incidentes”, “reação contrária”, “conflito cultural” e “atos de rebeldia”. Essas expressões podem diminuir/deslegitimar a luta e o direito das atletas sobre seus corpos na medida em que tendem a passar a impressão de uma quebra de regras de uma ordem natural. Apesar do uso dessas expressões, notamos que a maior parte dos discursos analisados aborda a reação das atletas contra as imposições sexistas realizadas pelos organizadores e patrocinadores dos espetáculos esportivos de forma crítica. Reações e imposições que foram caracterizadas como “hiperssexualização das atletas”, “posicionamento contra a sexualização”, “protesto contra a sexualização” e “exploração pela beleza”. Vale ressaltar, ainda, que encontramos caracterizações que ressaltam o empenho das atletas em combater o sexismo no esporte, tais como: “orgulho”, “inspiração”, “grandes mudanças”, “luta”, “direito de decidir” e “empoderamento das mulheres”.

Destacamos, também, que algumas matérias trataram os eventos esportivos como um reflexo da sociedade machista, na qual as mulheres sofrem imposições sobre suas vestimentas, citando casos relacionados à vestimenta em empregos e escolas. Vale ressaltar que a mídia só abriu espaço para esse debate após as reivindicações iniciadas pelas próprias atletas. Desta forma, a discussão e as denúncias foram iniciadas pelas próprias atletas, e não pela mídia.

Folha de São Paulo/UOL

A análise das peças jornalísticas da FSP/UOL indica que o interesse desse veículo na questão do sexismo no esporte se deu, basicamente, através dos acontecimentos envolvendo as equipes femininas norueguesa de handebol de praia e alemã de ginástica artística. Ela também indica que ele foi o veículo com o maior número de peças encontradas, em variados cadernos, incluindo o de esportes.



Além disso, a análise em questão aponta para uma abordagem que adota um posicionamento contrário ao sexismo nos esportes, com um teor de denúncia, como podemos ver no seguinte trecho: “[...] as imagens das esportistas costumam ser muito exploradas e divulgadas em sites de conteúdo adulto” (Eiras, 2021, s/n). A despeito de seu posicionamento contrário ao sexismo, é preciso destacar que a FSP/UOL construiu, em determinados momentos, a reivindicação das atletas pelo “direito ao seu corpo” como um “ato de rebeldia”, o que pode dar a entender que elas não estão dispostas a cumprir regras que outras atletas e/ou outros atletas estão cumprindo fielmente, sem que haja a quebra de regras. Em outros momentos, construiu como “queixas” relativas à limitação dos movimentos: “As jogadoras da equipe norueguesa de handebol de praia se queixaram do biquíni usado como uniforme oficial, argumentando que ele restringia os movimentos das atletas, era desconfortável e as hiperssexualizava” (BBC News, 2021, s/n). O jornal/portal trouxe, ainda, uma matéria que mencionava a variedade de uniformes na modalidade skate, pontuando que essa modalidade não sofria pela rigidez que outras passavam, mas não mencionou o porquê desse contraste.

Vale notar que a FSP/UOL, ao se apoiar em pesquisas sobre uniformes femininos e esportes realizadas por pesquisadoras que trabalham com o tema, a matéria apresenta um pequeno percurso histórico do surgimento do uniforme até os dias atuais, onde os uniformes femininos são confeccionados para impor um padrão de feminilidade e sexualização dos corpos das atletas. Também critica o fato do espetáculo esportivo feminino ter se tornado, no final dos anos 1970, um “entretenimento para os olhos masculinos” (Eiras, 2021, s/n), quando a publicidade e a televisão se tornam grandes veiculadores dos eventos esportivos. Nessa época, os uniformes femininos são aperfeiçoados para o desenvolvimento de uma qualidade técnica para as atletas, destacando seus corpos, que devem ficar belos para a televisão e as fotografias. Ainda, conforme essa reportagem, citando a jornalista Roberta Nina Cardoso, do site “Dibradoras”, nos uniformes prevalecem a sexualização dos corpos femininos e não o conforto das mulheres. Já na matéria intitulada “O debate sobre femininos no esporte”, menciona, ainda que de forma tímida, que uma equipe carioca de handebol feminino teria passado, em 2018, por um episódio semelhante ao da equipe norueguesa. No entanto, mesmo se tratando do mesmo assunto, a repercussão



foi pequena, tendo pouco destaque na mídia, sendo discutido e denunciado mais abertamente apenas em blogs especializados em esporte feminino.

Para finalizar, destacamos que a FSP/UOL voltou à temática da sexualização dos corpos das atletas após os Jogos Olímpicos, noticiando que a Federação Europeia de Handebol (EFH, na sigla em inglês) teria informado a mudança nas regras a respeito dos uniformes femininos do handebol de praia, e que essas atletas poderiam utilizar shorts ao invés de biquínis.

O Globo/G1

Assim como a cobertura da FSP/UOL, O Globo/G1 apresentou posicionamentos contrários ao sexismo no esporte. Porém, tomou interesse somente depois de as atletas reivindicarem seus direitos – o que indica que sua abordagem foi apenas reativa. De modo geral, podemos afirmar que as peças jornalísticas do Globo/G1 buscaram desconstruir a busca por um ideal de “beleza” e sexualização das atletas. Tanto que, em variados momentos, representaram as atletas insurgentes e seus uniformes como uma inspiração e como uma forma de luta contra as imposições sexistas no esporte. Inclusive, o jornal/portal denunciou o perigo que as jogadoras do time de futebol feminino do Afeganistão estariam passando diante do regime totalitário do Talibã, no qual os uniformes de futebol das atletas representariam uma ameaça para suas vidas. O jornal/portal também tratou das dificuldades na escolha dos uniformes por parte de atletas transgênero, dando visibilidade às condições enfrentadas por uma população que costuma permanecer na penumbra.

No artigo “Multa por não usar biquíni: veja outros exemplos de sexismo relacionados às roupas das mulheres”, o jornal/portal aproveitou a discussão em torno dos uniformes das esportistas e ampliou a discussão para o cotidiano das mulheres de uma forma geral, como indica o seguinte trecho: “uniformes de atletas tem refletido situações vividas também em escolas e locais de trabalho, onde roupas podem ser mais comentadas e julgadas do que o próprio desempenho” (Carvalho, 2021, s/n). Já na matéria intitulada “Ginastas alemãs marcam posição com uniformes que cobrem todo corpo em Tóquio”, o jornal/portal abordou, de forma mais detalhada, os casos de abuso e violência sexual no esporte, como indica o seguinte trecho: “[...] o esporte tem sido abalado por casos generalizados de abusos sexuais e físicos, incluindo nos Estados



Unidos, o que gerou reflexão e a introdução de novos protocolos de segurança para proteger atletas” (Reuteurs, 2021, s/n).

Em relação às fontes, vale sublinhar que o Globo/G1 foi o único veículo a consultar uma atleta brasileira. No artigo “Uniforme longo da equipe alemã de ginástica é protesto contra a sexualização no esporte”, o jornal/portal deu ênfase ao discurso da atleta Flavinha Saraiva, que aprovou a iniciativa das alemãs e comentou que o problema enfrentado por elas não é novidade, e deveria ser uma inspiração para outras atletas. Ao dar espaço para a fala de atletas, em especial brasileiras, o jornal/portal indica que está disposto a quebrar um padrão de acesso ao discurso público, que normalmente é mais acessível a uma elite dominante, composta, em geral, por homens.

R7

Dentre os veículos de imprensa selecionados, o portal R7 foi o único a ter todas as suas matérias veiculadas no caderno de esporte. Embora seja evidente sua posição contrária ao sexismo – expressa, por exemplo, na defesa de que a possibilidade de escolha das atletas traz mais força para elas, como podemos observar na matéria “Ginastas alemãs dispensam collant e usam calças por ‘direito de decidir”, observamos estratégias discursivas para amenizar a luta das atletas insurgentes. Por exemplo, no artigo “Após manifesto de jogadoras, Federação Internacional desobriga uso de biquínis no handebol de praia”, há trechos que colocam a situação envolvendo os uniformes femininos como uma “polêmica” e que as atletas “recusaram” a utilizar o “uniforme obrigatório”. Esse discurso sobrepõe a questão legal ao sexismo, abrindo espaço para que o público relativize a reivindicação das atletas. Afinal, elas não teriam cumprido as regras previstas em um regimento.

Em outro momento, o R7 afirma que as atletas alemãs da ginástica olímpica utilizaram uniformes que cobrem o corpo “todo”, a despeito de, na verdade, terem utilizado macacões, ou seja, o portal deu mais ênfase ao uniforme do que propriamente ao combate do sexismo. Outro ponto constatado na análise de suas matérias é que elas não consultaram nenhuma fonte para comentar o assunto, exceto por uma matéria replicada da BBC News Brasil. Isso indica que o portal não buscou ampliar os pontos de vistas e aprofundar seus horizontes no debate.



Considerações Finais

Neste trabalho, objetivamos investigar de que modo a mídia aborda as desigualdades e as relações de gênero no universo esportivo, focando, especificamente, na discussão sobre os uniformes das atletas. Dito de outra forma, perguntamos de que maneira é possível perceber a reprodução da dominação de gênero a partir do corpo e de sua indumentária no contexto esportivo e como é midiaticamente representada. O corpo, nessa perspectiva, além de ser condicionado social e historicamente, também é considerado como agente que produz significados na vida social dos sujeitos. Segundo Aldeman (2003), a contemporaneidade propicia a questão do corpo como lugar de centralidade nas questões de gênero atuais, em que a atenção se volta para o sexo, agora, compreendido como culturalizado e desnaturalizado, tendo o corpo como eixo das relações sociais. Butler (2017, p. 16), por sua vez, afirma que “ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social”. Assim, uma vez inseridos nas relações, bem como em determinadas operações de poder, os corpos passam por enquadramentos que delimitam quais vidas são consideradas enquanto tal.

Ao partirmos desses pressupostos, tomamos como pano de fundo os Jogos Olímpicos de Tóquio de 2020, nas quais algumas delegações femininas reivindicaram para si uniformes considerados por elas mais confortáveis e menos sexualizados. Uma demanda que já vinha sendo feita em outros campeonatos, mas que nas Olimpíadas chamaram atenção da mídia, devido, sobretudo, à polêmica que gerou quando as ginastas alemãs tomaram posição contra a sexualização de seu esporte ao se apresentarem com os *unitards*, uma roupa de corpo inteiro.

Os uniformes das atletas utilizados nos Jogos Olímpicos acabaram por reforçar uma estética de feminilidade e de sexualização/objetificação do corpo, tornando este o lugar de destaque: curvas, coxas e quadril arredondados, bumbum à amostra etc., ao invés de deixar a prática do esporte em si, o esforço e a dedicação, em evidência. Esse tipo de representação possui poder no imaginário social, que corrobora com o discurso dominante da feminilidade ideal e o antigo receio das atletas femininas parecerem masculinas. Foi contra esse imaginário patriarcal que algumas atletas questionaram seus uniformes, que destacavam a aparência física para satisfazer patrocinadores e dirigentes esportivos, sem preocupação com o conforto. Se a mídia reforça



invisibilidades relativas ao gênero feminino e valoriza a predominância das modalidades masculinas nas coberturas esportivas, de que modo ela aborda questões relacionadas à esfera feminina? De modo geral, nas análises empreendidas neste artigo, as reportagens denunciam regras sexistas e duplicidade de padrões sobre as atletas femininas de muitos esportes em comparação com seus colegas de modalidade masculinos.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez., 2003.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 153-172.
- CARVALHO, Fabiana de. Multa por não usar biquíni: veja outros exemplos de sexismo relacionados às roupas das mulheres. **G1**, [S. l.], 22 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/27/multa-por-nao-usar-biquini-veja-outros-exemplos-de-sexismo-relacionados-as-roupas-das-mulheres.ghtml>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- DIJK, Teun A. van. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth.; MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 143-178.
- EIRAS, Natália. Como uniformes femininos no esporte ficaram tão curtos ao longo dos anos?. **UOL**, São Paulo, 05 ago. 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/05/como-uniformes-femininos-no-esporte-ficaram-tao-curtos-ao-longo-dos-anos.htm>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- REUTERS. Ginastas alemãs marcam posição com uniformes que cobrem todo corpo em Tóquio. **G1**, [S. l.], 23 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/23/ginastas-alemas-marcam-posicao-com-uniformes-que-cobrem-todo-corpo-em-toquio.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 19-49.
- IÑIGUEZ, Lupicínio. Construcionismo social. In: MARTINS, João Batista; HAMMOUTI, Nour-Din El; IÑIGUEZ, Lupicínio. (Orgs.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: Rima, 2002. p. 99-180.



IÑIGUEZ, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 105-160.

KNIJNIK, Jorge D. **Esporte e gênero: masculinidades e feminilidades**. São Paulo: Apicuri, 2010.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, p. 231-245, jan./abr. 2015.

BBC NEWS. Olimpíadas: como o sexismo se reflete no controle dos uniformes das atletas. **UOL**, São Paulo, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/ultimas-noticias/bbc/2021/07/27/olimpiadas-como-o-sexismo-se-reflete-no-controle-dos-uniformes-das-atletas.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ROJO, Luisa Martí. A frontera interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre o “racismo”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 206-257.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.